

Lula diz que piso da enfermagem será pago retroativo ao mês de maio

O presidente Lula (PT) disse nesta quarta-feira (5) que o governo vai pagar o piso nacional da enfermagem, com retroativo desde maio. O anúncio foi feito durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde, em Brasília.

Durante discurso no evento ele confirmou o pagamento retroativo a maio, mês em que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso estabeleceu regras para o pagamento do piso aos profissionais que trabalham no sistema de saúde de estados e municípios nos limites dos valores recebidos pelo governo federal.

Lula argumentou que o trabalho da enfermagem não pode ser considerado menor. “Tem gente que acha que o salário de uma enfermeira de R\$ 4 mil e pouco é caro”, disse. “Mas é preciso que a gente avalie efetivamente o valor do trabalho por aquilo que ele representa na nossa vida. Quem leva as pessoas para tomar banho, quem vai limpar as pessoas, quem dá comida, quem aplica injeção, quem mede a pressão, quem leva ao banheiro é exatamente o pessoal de baixo, que trabalha. E, por isso, esse pessoal tem que ser valorizado”, acrescentou.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, presente ao evento afirmou que o governo federal trabalha para a implementação do piso da enfermagem tal como a decisão do Supremo Tribunal Federal garantindo as nove parcelas previstas para 2023, e ao pagamento do 13º salário.



As regras para o piso da enfermagem foram aprovadas pelo Congresso Nacional em agosto de 2022, a partir do o Projeto de Lei (PL) nº 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), definindo os valores dos salários em R\$ 4.750 para os enfermeiros, R\$ 3.325 aos técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 aos auxiliares de enfermagem e parteiras. O PL foi sancionado no mesmo mês pelo ex-presidente inelegível, Jair Bolsonaro (PL), tornando-se a Lei nº 14.434.

Em entrevista a emissoras de rádio durante o programa *Bom dia, Ministra*, a ministra do Planejamento e Orça-

mento, Simone Tebet, afirmou que algumas falhas no texto da lei atrasaram o repasse do valor para estados e municípios, mas que isso será resolvido.

Rede privada

A respeito do setor privado, o Supremo apontou que o pagamento está sujeito a acordo coletivo e que a norma será referência quando não houver consenso. A aplicação da medida, porém, acontecerá somente após 60 dias da publicação do resultado do julgamento, ainda que as negociações ocorram antes do prazo.

Escrito por: Redação CUT



Servidores do MJSP cobram audiência com ministro Flávio Dino

Em assembleia, servidores decidiram que, caso o gabinete do ministro não confirme uma data para a audiência, serão realizados novos atos para cobrar da direção do ministério uma resposta positiva.

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)

Luta em defesa do saneamento público terá reforço com criação de frente parlamentar

A luta contra a privatização do saneamento será reforçada na próxima terça-feira (11) com o lançamento de uma frente parlamentar mista em defesa da manutenção do caráter público do serviço. A iniciativa é fruto de uma articulação junto ao Congresso Nacional, feita pela FNU e pela CNU (Federação Nacional e Confederação Nacional dos Urbanitários, respectivamente).

Para o presidente da FNU, Pedro Damásio, a articulação que deu origem à **Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento**, foi um trabalho intenso e de muitos diálogos com parlamentares de diversos partidos. Ao todo mais de 200 parlamentares já aderiram à frente, coordenada pelo deputado Joseildo Ramos (PT-BA).

“Foi gratificante ver que a luta dos sindicalistas se tornou uma realidade, mostrando que com unidade e mobilização é possível se contrapor ao lobby das grandes empresas e fazer o enfretamento”, disse ele.

Também destacando a atuação sindical, o presidente da CNU, Paulo de Tarso, afirmou que a iniciativa mostra o quanto as entidades têm credibilidade junto ao Congresso.

“É fundamental ter uma frente parlamentar para articular mudanças nas leis e construir uma nova realidade. O saneamento público precisava dessa iniciativa e destas ações. Agora o momento é de trabalhar muito para impedir que as privatizações avancem”, afirmou o dirigente.

Fazer frente às privatizações

Após sancionar o marco do saneamento, em julho de 2020, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), escancarou as portas do saneamento público para facilitar as privatizações de empresas estatais que prestam esse serviço à população. Estados e municípios têm se articulado no sentido de abrir as empresas ao capital privado. Um exemplo é Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, a Sabesp, cuja privatização já foi anunciada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

De acordo com o posicionamento das entidades em relação às privatizações, o saneamento é patrimônio do povo e deve ter seu caráter público preservado. Em vários países ocorre inclusive a reestatização do serviço.

E entre esses países, estão nações capitalistas. Um relatório elaborado pelo Instituto Transnacional (TNI), centro de pesquisas com sede na Holanda, apontou que de 2000 a 2019, 312 cidades, em 37 países, reestatizaram seus serviços de tratamento de água e esgoto. Alemanha, França, Bolívia, Argentina, Equador, Venezuela, Honduras e Jamaica são alguns dos países.

“As reestatizações são uma tendência e estão crescendo. A priorização de lucros das empresas privadas é, na maior parte das vezes, conflitante com a execução de serviços de que a sociedade depende. A gestão pública tem que prestar contas e ser cobrada, para garantir que haja um contro-

le democrático efetivo”, diz o relatório que joga luz sobre problemas comuns às privatizações. O aumento abusivo de taxas e não cumprimento de compromissos firmados nos contratos como a universalização do serviço, são alguns dos motivos.

Outros dados

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), 79% dos recursos investidos no setor são feitos pelas empresas públicas, o que demonstra que a atuação dos prestadores públicos é fundamental para se chegar à universalização até 2033.

Já o Ministério da Saúde afirma que para cada real investido em saneamento são economizados R\$ 9 em saúde, ou seja, fica evidente que somente o Estado, pela sua natureza que foge a lógica do lucro, é capaz de realizar tantos investimentos com planejamento com visão social.

Evento de lançamento

O lançamento da Frente Parlamentar ocorre no dia 11 (terça-feira), a partir das 13h30 no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília. Trabalhadores urbanitários, lideranças sindicais e movimentos sociais farão um ato neste dia, em frente ao anexo 2 da Casa, para dar visibilidade à luta em defesa do saneamento e pela reestatização da Eletrobras.